TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão do dia 03 de dezembro de 2019, tomou as seguintes decisões:

ACÓRDÃO Nº. 59.903

(Processo nº. 2008/53965-4)

Assunto: APOSENTADORIA

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Proposta de Decisão: Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA

Formalizador da Decisão: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

(§ 3º do art. 191 do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da Proposta de Decisão da Relatora, com fundamento nos art. 34, inciso II, parágrafo único e 35, da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do ato de aposentadoria consubstanciado na Portaria DEC NUL AP nº 2330, de 02/09/2019, em favor de ROSA MARIA MACHADO DA COSTA, no cargo de Professor Classe Especial, Nível G, lotada na Secretaria de Estado de Educação.

ACÓRDÃO Nº. 59.904

(Processo nº. 2007/53426-9)

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio SEDUC nº. 456/2005.

Responsável/Interessado: VILMAR FARIAS VALIM e PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARÚ DO NORTE.

Proposta de Decisão: Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA.

Formalizadora da Decisão: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

(Art. 191, § 3º, do Regimento Interno).

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da Proposta de Decisão da Relatora, com fundamento no art. 56, inciso III, alíneas "b" e "d", c/c o art. 83, incisos II e III da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, julgar irregulares as contas e condenar o Sr. VILMAR FARIAS VALIM, Ex-Prefeito Municipal de Cumarú do Norte, CPF: 374.394.212-72, à devolução parcial aos cofres públicos estaduais do valor de R\$61.367,47 (sessenta e um mil, trezentos e sessenta e sete reais e quarenta e sete centavos), devidamente corrigido monetariamente a partir de 05/06/2008 e acrescido de juros até a data de seu efetivo recolhimento.

Os valores supracitados deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 59.905

(Processo nº. 2008/51347-9)

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio ASIPAG nº. 182/2007.

Responsáveis/Interessado: JOACY UBIRATAN SILVA DE BRITO e Sociedade, Meio Ambiente Educação, Cidadania e Direitos Humanos.

Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento nos arts. 56, inciso II, c/c art. 61, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, Julgar regulares com ressalva as contas de responsabilidade do Sr. JOACY UBIRATAN SILVA DE BRITO, Ex-Presidente da Sociedade, Meio Ambiente Educação, Cidadania e Direitos Humanos, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

ACÓRDÃO Nº. 59.906

(Processo nº. 2012/50623-0)

Assunto: Prestação de Contas da ESCOLA DE GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, referente ao exercício financeiro de 2011

Responsável: RUY MARTINI SANTOS FILHO.

Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento no art. 56, inciso I, da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012:

1- Julgar regulares com ressalva as contas de responsabilidade do Sr. RUY MARTINI SANTOS FILHO, ex-Gestor da Escola de Governo do Estado do Pará, no valor de R\$ 9.235.812,30 (nove milhões, duzentos e trinta e cinco mil oitocentos dozes reais e trinta centavos);

2- Recomendar à Escola de Governo do Estado do Pará, que nos próximos processos instruídos e ajustes contratuais firmados, sejam observadas o seguinte:

a) Promova a publicação da portaria que designe o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio, em observância ao princípio da publicidade insculpido no Decreto Estadual n.º 2069/2006, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns pela Administração Pública Estadual.

b) Proceda o acompanhamento dos contratos tendo por base os documentos definidos no Contrato e no Termo de Referência, uma vez que são peças fundamentais a serem obedecidas na boa execução do contrato.

c) Por ocasião da assinatura de contratos com Organizações Sociais, a exemplo da ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA2000, deve a EGPA apresentar, pelo menos, cotação de preços, em relação aos itens contratados, que não estejam contemplados entre as atividades previstas no Contrato de Gestão, nos termos do artigo 24, XXIV, da Lei 8666/93

d) Em todos os seus processos, a EGPA atenda aos requisitos de validade dos atos, inclusive no que se refere à motivação do ato praticado.

e) Nos futuros contratos firmados pela EGPA, seja designado um fiscal por contrato para acompanhar a execução do mesmo, em atendimento ao art 67 da Lei nº 8.666/93.

f) Observar os preceitos da legislação tributária, no que tange às retenções incidentes sobre as notas fiscais dos prestadores de serviços sujeitos a tal procedimento, uma vez que tais retenções sempre se presumirão feitas, permanecendo a EGPA responsável pelo recolhimento dos valores não retidos.

g) Zelar pela boa guarda e conservação dos processos, nos termos da lei, de modo que os mesmos sejam apresentados quando solicitados para as devidas análises das despesas efetuadas, nos termos dos artigos 74 e 75 do RITCE/PA, aprovado pelo Ato nº 63, de 17 de dezembro de 2012.

h) Promova de forma eficaz o incremento de recursos humanos e o aprimoramento do Controle Interno, tendo em vista que, a atuação de apenas um servidor inviabiliza que esta área desempenhe seu papel de forma adequada e, principalmente, tempestiva.

ACÓRDÃO Nº. 59.907

(Processo nº. 2009/52054-9)

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio ASIPAG nº 008/2008.

Responsável/Interessado: Espólio de NILSO REGINALDO DA COSTA E SILVA e MÃOS QUE SE UNEM PARA TODOS.

Relator: Conselheiro Substituto Convocado JULIVAL SILVA ROCHA.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso II, c/c o art. 61, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, julgar regulares com ressalva as contas de responsabilidade do Espólio do Sr. NILSO REGINALDO DA COSTA E SILVA, ex-presidente da entidade "Mãos Que Se Unem Para Todos", no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais).

ACÓRDÃO Nº. 59.908

(Processo nº. 2012/52155-0)

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio SEEL n.º 117/2008

Responsável/Interessado: WALBER DA SILVA CORREA e INSTITUTO ANANINDEUENSE DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURA

Relator: Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, por maioria, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alíneas "a" e "d", arts. 62 e 82, parágrafo único, e art. 83, inciso VIII, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012:

1) Julgar irregulares as contas e condenar solidariamente o Sr. WALBER DA SILVA CORREA, presidente à época, CPF n.º 428.661.542-15, e a INSTITUTO ANANINDEUENSE DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURA, CNPJ n.º 04.976.498/0001-83, à devolução aos cofres públicos estaduais da quantia de R\$170.000,00 (cento e setenta mil reais), atualizada a partir de 03/07/2008 e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento;

2) Aplicar ao Sr. WALBER DA SILVA CORREA as multas de R\$8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), pelo débito apontado, e R\$1.000,00 (um mil reais), pela instauração da tomada de contas;

3) Isentar o Sr. Carlos Alberto da Silva Leão da multa pela emissão do laudo conclusivo.

Os valores supramencionados deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo para o recolhimento das multas o disposto na Lei Estadual n.º 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE n.º 17.492/2008.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado e das cominações de multas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 59.909

(Processo nº. 2014/50017-6)

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio ADEPARÁ nº 005/2012.

Responsável/Interessado: DANIEL CORREA SIQUEIRA e ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CULTURAL ARTÍSTICA CLAVE SOL

Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, e nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alíneas "a" e "d", c/c os arts. 62 e 83, incisos III, VII e VIII da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012:

1- Julgar irregulares as contas e condenar solidariamente o Sr. DANIEL CORREA SIQUEIRA, CPF: 069.796.452-34 e a ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CULTURAL ARTÍSTICA CLAVE SOL, CNPJ: 14.481.339/0001-61, à devolução aos cofres públicos estaduais do valor de R\$-96.000,00 (noventa e seis mil reais), devidamente corrigido e acrescido de juros de mora a partir de 05/07/2012, até a data do seu efetivo recolhimento;

2- Aplicar ao Sr. DANIEL CORREA SIQUEIRA, CPF: 069.796.452-34, multa no valor R\$-969,27 (novecentos e sessenta e nove reais e vinte e sete centavos), pela instauração da tomada de contas;

3- Aplicar, aos Srs. LUCIANO GUEDES, CPF: 418.309.626-04 e MÁRIO APARECIDO MOREIRA, CPF: 246.801.921-00, ex-Diretores da ADEPARÁ, de forma individual, a multa no valor de R\$-969,27 (novecentos e sessenta e